

USO PÚBLICO DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE SERRA NOVA E TALHADO (MG)

ANDERSON RODRIGUES SOBRINHO¹

ORCID - 0000-0002-4709-3326

KARLA MARIA SILVA DE FARIA²

ORCID - 0000-0001-9381-932X

Recebido em 12.04.2023

Aprovado em 02.08.2023

Resumo

O uso público em Unidades de Conservação (UC) é uma ferramenta estratégica de valorização ambiental, socioeconômica e cultural, pois as UC vêm atraindo uma gama de atores, com finalidades recreativas, educativas, esportivas, de interpretação ambiental, entre outros. A procura por áreas naturais como alternativas de recreação e lazer vem crescendo ao longo dos anos, o que já reproduz inúmeros impactos socioambientais negativos. Diante desse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar o atual uso público do Parque Estadual Serra Nova e Talhado (PESTN), para contribuir com dados que auxiliem as tomadas de decisões no manejo das atividades de visitação que ocorrem na área. Esta avaliação ocorreu por meio de revisão bibliográfica, trabalhos de campo para reconhecimento da área e para aplicação de questionários com usuários do Parque e com a gestão da UC, após as autorizações emitidas pelo comitê de ética e órgão gestor das UC de Minas Gerais. Constatou-se que o PESNT tem grande potencial turístico, com atividades voltadas para o lazer e para o ecoturismo, no entanto os impactos socioambientais negativos decorrentes da atividade turística, são alguns dos fatores que podem interferir no bem-estar do visitante, na sua percepção e interpretação errônea da paisagem natural, o que se apresenta como um potencial a ser abordado pela gestão da UC nas atividades informativas para os visitantes.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Atividade turística. Impactos socioambientais. Plano de uso público.

PUBLIC USE OF TOURISM IN THE PARQUE ESTADUAL DE SERRA NOVA E TALHADO (BRAZIL)

¹ Bacharel em turismo. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Brasil. andersonsmav@gmail.com

² Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Docente do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, Brasil. karla_faria@ufg.br

Abstract

Public use in Nature Protected Areas (NPA) is a strategic tool for environmental, socioeconomic, and cultural development, as the NPA have been attracting a wide range of actors for recreational, educational, sporting, and environmental interpretation purposes, among others. The demand for natural areas as alternatives for recreation and leisure has been growing over the years, which has already produced numerous negative socio-environmental impacts. Given this context, this study aimed to evaluate the public use of the Parque Estadual de Serra Nova e Talhado (PESTN) to provide data to help make decisions about managing visitation activities in the area. This evaluation was carried out employing a literature review, fieldwork to survey the area, and questionnaires with park users and NPA management, following authorizations issued by the ethics committee and the Minas Gerais NPA management body. It was found that the PESNT has great tourist potential, with activities geared towards leisure and ecotourism. However, the negative socio-environmental impacts resulting from tourist activity are some of the factors that can interfere with visitors' well-being and their perception and misinterpretation of the natural landscape, which is a potential issue to be addressed by the NPA management in its information activities for visitors.

Keywords: Protected areas. Tourist activity. Socioenvironmental impacts. Public use planning.

1. INTRODUÇÃO

O turismo em áreas naturais é um dos segmentos da atividade turística que vem crescendo ao longo dos anos (BRASIL, 1994; EAGLES, 2002; CRUZ, 2003; MMA, 2022). Ele resulta da consideração da paisagem como recurso natural, e propõe ao “homem urbanizado” a busca pela apreciação da beleza e harmonia paisagística (DIEGUES, 2008), em um cenário onde as mudanças provocadas pelas ações antrópicas atuais são pertinentes à disseminação de apreciação e estimulação do interesse pelo contato com a natureza (LÉDA, 1997).

Exemplifica-se esse interesse ao contato pelo meio natural, com as Unidades de Conservação (UC), que são áreas naturais, conceituadas pela Lei nº 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental, o contato com a natureza, o lazer e a pesquisa científica (BRASIL, 2000).

Segundo Souza et al. (2017), as atividades de visitação em UC promovem o desenvolvimento local mobilizando a economia local com a geração de empregos diretos e indiretos. A *DW Made for minds* (2019), alega que em 2018 o número de visitantes em UC

brasileiras cresceu cerca de 328% em relação ao ano de 2006. Tal fato acarreta expressivos gastos com hospedagem, alimentação e no comércio local próximo a essas UC. Segundo a *DW*, em 2017, os visitantes desembolsaram por volta de 2 bilhões de reais durante as visitas a essas UC.

Entretanto, o crescimento acelerado do turismo em áreas naturais provoca degradação e impactos às paisagens em todo o planeta (RUSCHMANN, 2008), o que em escalas locais acaba comprometendo a própria prática turística, como registrado por Faria et al. (2018).

Dentro do contexto da gestão das UC, o Plano de Uso público irá regulamentar e gerenciar o funcionamento da visita na UC, garantindo que os objetivos de conservação, preservação e educação ambiental sejam atendidos (IUCN WCPA, 2016).

Conforme Marques e Rocha (2019), o uso público torna-se uma estratégia de valorização ambiental, socioeconômica e cultural das áreas protegidas, que poderá acontecer mediante atividades recreativas, educacionais, de pesquisa e atividades de ecoturismo.

O norte do estado de Minas Gerais (MG) é formado por um belo acervo de recursos naturais com grandes potencialidades para o desbravamento do turismo em diversas regiões. Entre essas potencialidades existem os diversos parques estaduais com predominância do bioma Cerrado. O Parque Estadual de Serra Nova e Talhado (PESNT) é um exemplo dessas áreas, situado na porção norte mineira, distante 600 km da capital Belo Horizonte.

A UC é gerenciada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), e faz parte do grupo de UC de proteção integral. Na área do Parque existem diversas nascentes que são fundamentais para o abastecimento de água para a população local, e que em função dos aspectos topográficos e geológicos, formam poços e cachoeiras, que recebem anualmente muitos visitantes para prática do lazer, além de atividades voltadas para o ecoturismo.

Enquanto um Parque, o PESNT objetiva a preservação de ecossistemas naturais de alta relevância ecológica, expressiva beleza cênica, garantia da oferta de serviços ecossistêmicos, com possibilidades, diante do estabelecido no Plano de Manejo, para organização do uso público.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é avaliar o atual uso público no PESNT para contribuir com dados que subsidiem as tomadas de decisão para o manejo da visitação.

2. USO PÚBLICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O USO TURÍSTICO

A criação das áreas naturais protegidas surgiu nos Estados Unidos no século XIX, com o *Yellowstone National Park* (em 1872), que tinha como intuito, resguardar a vida selvagem, ameaçada pelo homem que provocava a devastação da natureza (DIEGUES, 2008). Após a criação de *Yellowstone*, outras áreas protegidas foram criadas seguindo objetivos semelhantes: Canadá em 1885, Nova Zelândia em 1894, África do Sul e Austrália em 1898, México em 1894, Argentina em 1903 e Chile em 1926 (SCHITTINI, 2009).

A literatura aponta que no Brasil em 1896, o Parque Estadual da Cidade (atualmente Parque Estadual Alberto Lofgren), localizado na zona norte da cidade de São Paulo, foi criado por ato normativo governamental com a finalidade de proteção da natureza (OLIVEIRA, 2014). Mas, foi apenas a partir da década de 1930 que a legislação brasileira começou dar maior relevância ao meio ambiente natural (COSTA, 2002; DIEGUES, 2008).

Após anos de discussão e debate entre academia, corpo técnico e ambientalistas (MERCADANTE, s/n), foi definido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece as UC como um:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC, organizou as UC em dois grupos: as UC de proteção integral, tem como objetivo principal, a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; as UC de uso sustentável, que conciliam a conservação da natureza de forma sustentável utilizando apenas uma parcela dos recursos naturais existentes (BRASIL, 2000).

As UC devem ser contemplada com Plano de Manejo que irá apresentar os “objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelecer o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000) e, aquelas UC onde a visitação é permitida, o Plano de Uso Público, irá, de acordo com os objetivos da UC,

apresentar as melhores formas de interação homem-natureza (LEUZINGER, 2010; CHAVES, 2018).

Magro (1999), define uso público como “o usufruto gozado pelo público usuário, que realiza diferentes atividades como a recreação, o turismo, a educação ambiental, a pesquisa e até mesmo, ritos religiosos”. Lobo (2014), complementa que em UC de proteção integral o uso público, pode variar quanto a sua terminologia, “mas em sua essência, remetem à pesquisa, à educação e interpretação ambiental, a recreação em áreas naturais e ao ecoturismo” (p.35), como também é definido pelo MMA (2005).

Rodrigues (2009) apresenta que “o termo público diz respeito aos bens de uso comum incluindo as instâncias estatais de administração responsáveis pelo manejo e proteção das áreas, além das pessoas que as visitam em seus momentos de lazer” (p. 20), com isso o uso público de áreas protegidas conta com o envolvimento de três grupos: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços, que se inter-relacionam, pois os visitantes correspondem a atores numericamente diversificados, que atraem atenção dos gestores e dos prestadores de serviços (VALLEJO, 2013).

De acordo com Takahashi (1998), uma das estratégias mundiais para valorização dos ambientes naturais corresponde ao estímulo às atividades de recreação nesses ambientes, mas que no Brasil devido a escassez de informações básicas para o manejo das áreas protegidas que atenda a crescente demanda de visitação há desafio para a gestão atender às necessidades dos usuários e garantir a conservação da qualidade natural das áreas protegidas.

Corrazza (2008), aponta que o significativo crescimento na procura por atividades desenvolvidas em áreas naturais, acarretou o surgimento de diversas modalidades para atender os interesses dos turistas, destacando-se o turismo rural; o turismo de aventura; o turismo ecológico; o ecoturismo, entre outros. Tais modalidades associadas ao seu monitoramento e objetivos específicos são relevantes para manutenção e conservação de recursos naturais e paisagísticos, e fundamentais para o aumento socioeconômico do país (BRASIL, 2022).

O ecoturismo, entretanto, é considerado a modalidade mais desenvolvida em áreas naturais e que cresce mundialmente a cada ano, tendo como principal foco a exploração do patrimônio natural de forma sustentável, com o objetivo de satisfazer as necessidades

culturais e educacionais, utilizando a conscientização ambiental dos turistas que buscam lugares diferentes dos grandes centros urbanos (DEGRANDI, 2011).

As principais atividades que englobam o ecoturismo “giram em torno da observação e da contemplação da natureza” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 42). Para o MTur (2010), ele integra atividades como, a observação de fauna e da flora; observação de formações geológicas; espeleoturismo; mergulho livre; caminhadas; trilhas; safáris fotográficos etc.

Pedroso e Nery Júnior (2014), complementam que o ecoturismo se constitui de três peças principais: a interpretação, a conservação e a sustentabilidade, sendo que elas são responsáveis por desenvolver uma prática consciente por meio das atividades turísticas, e ainda criando um elo entre natureza, comunidade receptiva e turista.

Mas, pesquisas realizadas por diversos autores (BARROS, 2003; VIOLI, 2005; BRASIL, 2007; RUSCHMANN, 2008; FERREIRA, 2009; ARRUDA et al., 2019) apontam que impactos como degradação de trilhas e caminhos, pedras e árvores picadas, desmatamento, resíduos sólidos deixados por turistas, poluição sonora, dentre outros impactos, podem interferir no bem-estar do turista e/ou do visitante, e na sua percepção e interpretação errônea da paisagem natural.

A análise particular da percepção que o usuário da UC tem, pode acarretar em intervenções sociais, ambientais, emocionais, culturais, de acordo com a finalidade que cada pessoa fará com o uso da paisagem (CORRAZZA, 2008).

Os autores anteriormente citados observaram que a ausência de um planejamento turístico atrelado ao plano de uso público das áreas naturais, acarretam fragilidade e descontrole ambiental, principalmente em áreas com grande número de visitantes diários, ocasionando o agravamento dos impactos socioambientais negativos e ampliando os conflitos de gestão da UC.

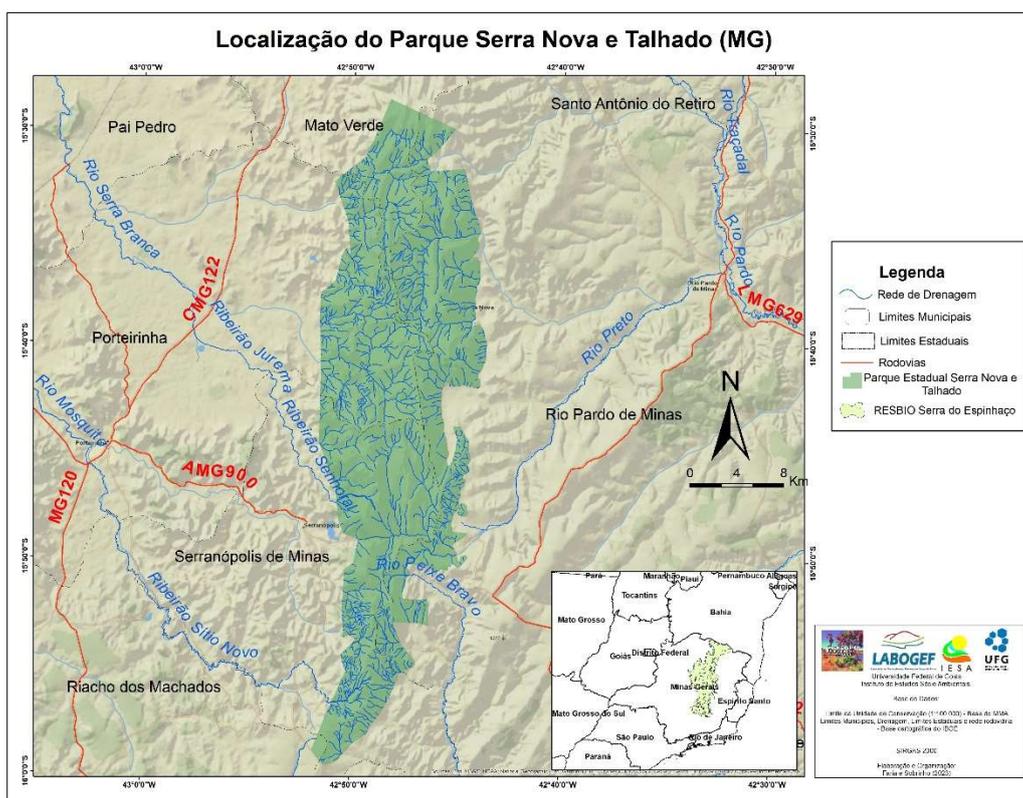
Para Pimentel (2013) como o uso público corresponde ao uso indireto dos recursos ambientais sob as diferentes formas de visitação, ele deve ser orientado pelos preceitos da sustentabilidade e mitigação de seus impactos, portanto concorda-se com Silva (2021), que o objetivo de uso público deve ser desenvolvido em função do objetivo elementar de conservação ambiental e não o inverso.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de Pesquisa

O Parque Estadual de Serra Nova e Talhado (PESNT), localiza-se na porção norte do estado de Minas Gerais, sendo contemplado pela área da Reserva da Biosfera (RESBIO) Serra do Espinhaço. O PESNT foi criado por Decreto³ Estadual (MINAS GERAIS, 2003) e, ampliado por outro Decreto em 2008, apresenta atualmente área de 49.890 hectares que abrange cinco municípios mineiros: Mato Verde, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas, que são acessados, assim como o Parque pelas rodovias BR-122 e/ou BR-342 (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização e acesso do PESNT



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

³ Os decretos (criação e ampliação) do PESNT não possuem numeração e estão disponíveis em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2021/UNIDADES_CONSERVACAO/SERRA_NOVA_TALHADO/Plano_de_manejo_PESNT_diagramado_aprovado_CPB.pdf.

A portaria principal do PESNT está situada no Distrito de Serra Nova, área rural do município de Rio Pardo de Minas, sede também da gestão do Parque, com infraestrutura e equipamentos de apoio ao visitante (IEF, 2023).

Com relação aos aspectos climáticos, segundo a classificação de Köppen, o clima predominante na região é o tropical semiárido a árido (CHAVES et al., 2006), caracterizado por longos períodos de seca, com inverno seco e verão chuvoso com temperaturas elevadas (GARLIPP, 2015).

O PESNT tem presente em seu interior uma diversidade de espécies de fauna, como o Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o Tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o Veado-mateiro (*Mazama americana*), aves como a Seriema (*Cariama cristata*), Fim-fim (*Euphonia chlorotica*), o Urubu-de-cabeça-vermelha (*Cathartes aura*), entre outras muitas espécies inclusive, ameaçadas de extinção (IEF, 2020).

A vegetação presente na UC é caracterizada por campos rupestres e a presença de árvores nativas como a Aroeira, Jataipeba e Sucupira. Pontos de mata fechada também podem ser encontrados, e a topografia bastante irregular, constituída pela Serra Geral e da Serra do Espinhaço, onde pode ser encontrados morros, grutas e diversas nascentes, destaca-se os rios: Preto, Ribeirão Sítio Novo e Peixe Bravo que adentram o Parque e são fundamentais no abastecimento de água para a população local (IEF, 2023).

O PESNT foi criado com o objetivo de proteger os recursos hídricos e a biodiversidade da Cadeia do Espinhaço (IEF, 2020), considerada um dos locais de maior beleza cênica e paisagens naturais do planeta, onde evidencia-se sua importância em aspectos culturais e socioambientais não só para o estado de Minas Gerais, mas para todo território brasileiro (GONTIJO, 2008).

Apesar da região possuir um patrimônio natural único com grande potencial para o turismo, essa atividade ainda é pouco explorada e valorizada. Dados do Observatório do Turismo de Minas Gerais (2020) apontam o incipiente envolvimento dos municípios na oferta de serviços turísticos (alimentação, comércio, hospedagem, transporte, entretenimento e agência de turismo).

Os municípios que abrangem o PESNT fazem parte da microrregião Serra Geral que foi classificada como “Territórios da Cidadania Serra Geral”, cuja atividades econômicas se concentraram nas décadas passadas no plantio de algodão, e, atualmente, conforme dados

do IBGE (2022) estão voltadas principalmente na agropecuária, agricultura familiar, na produção leiteira e na confecção artesanal de seus derivados, queijos, requeijões e doces (LEITE et al., 2013).

3.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica sobre a temática de UC e uso público que foram obtidas com consulta a material qualificado como artigos, teses, dissertações e legislações. A produção cartográfica utilizou base de dados disponível para o estado de Minas Gerais que foram tratados em Sistema de Informação Geográfica no software QGis 3.4.

Solicitou-se autorização para realização da pesquisa na UC (027/2021) e autorização ao comitê de ética da instituição dos autores para aplicação de questionários e entrevistas (5.398.670).

Após a pesquisa estar devidamente autorizada, foram realizados trabalhos de campo para reconhecimento e validação de dados relacionados às características geoambientais da UC, bem como para aplicação de questionários com usuários dos parques e com gestores da UC.

A construção do questionário inspirou-se no trabalho de Rocha et al. (2019), sendo composto de três blocos que tinham como objetivo definir o perfil do visitante, conhecimentos do visitante sobre a UC, bem como o nível de satisfação, portanto, no primeiro bloco as questões tratavam de reconhecer no visitante o local de origem, gênero, faixa etária, periodicidade, indicações e motivações de visita à área; no segundo, a avaliação do nível de conhecimento dos usuários sobre o conceito de paisagem natural, a classificação do PESNT enquanto unidade de conservação e dos impactos ambientais já presentes na área; e, em um terceiro, a avaliação do nível de satisfação quanto ao estado de conservação e dos problemas da área. Assim, o questionário foi estruturado em 03 questões abertas e 10 questões fechadas.

A aplicação de questionários, em formulário impresso, foi realizada pelo pesquisador principal responsável pela pesquisa em quatro campanhas de campo em mês de férias escolares (julho) e feriado prolongado (07 de setembro). O público abordado para

participação estavam distribuídos nos atrativos Cachoeira do Serrado, Complexo do Talhado, Escorregador e Poço do Jacaré, que apesar de não receberem integralmente o monitoramento de visitas, concentram maior fluxo de visitantes.

A entrevista semiestruturada direcionada a gestão do parque buscou avaliar quais os planejamentos e ações em andamento para a gestão do uso público na UC, portanto as questões direcionadoras para a entrevista tratavam dessa abordagem.

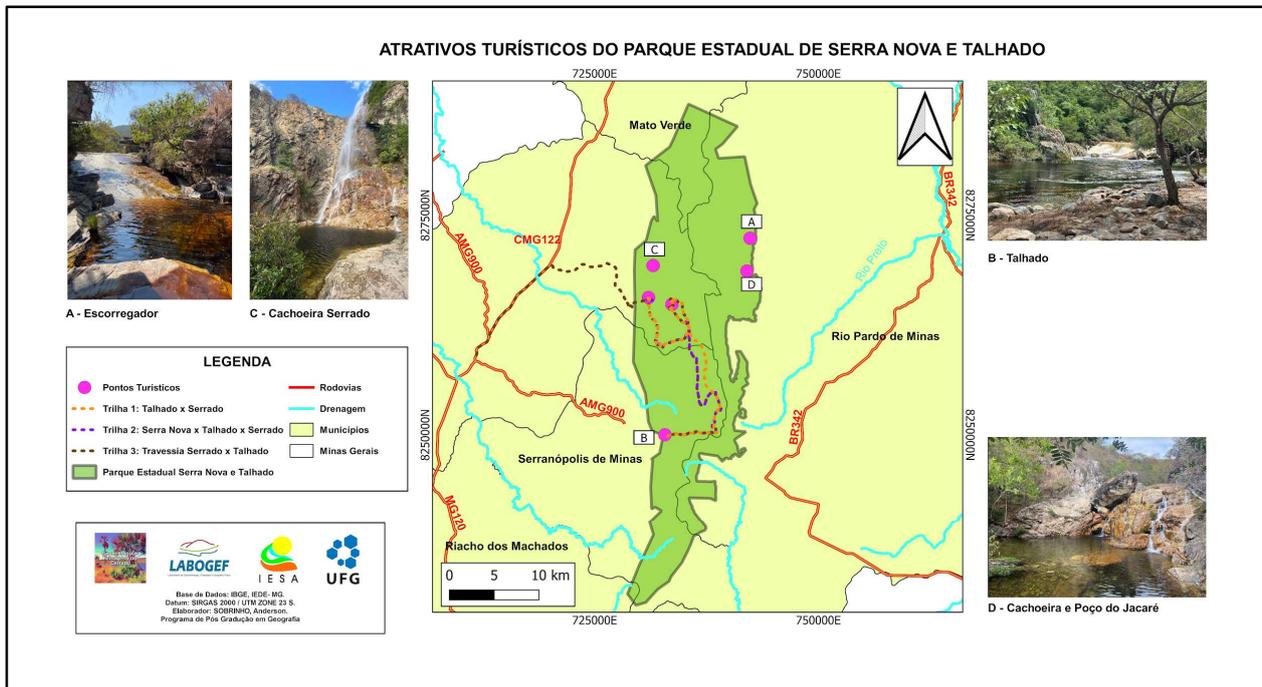
Posteriormente os dados dos questionários foram tabulados no excel para posterior interpretação com análise estatística em comparação dos resultados com outras pesquisas que também tenham se dedicado a avaliar os mesmos indicadores permitindo a discussão dialogada com a análise teórica sobre a proposta investigativa. A entrevista com a gestão do parque foi transcrita e analisada comparativamente com resultados analíticos dos questionários, levantamento de campo e análise teórica sobre o tema.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uso público do Parque Estadual de Serra Nova e Talhado

O PESNT, como uma UC de proteção integral, admite o uso indireto dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000), possuindo atividades voltadas principalmente para o lazer e práticas turísticas realizadas em meio natural. O parque possui vinte e oito atrativos turísticos catalogados, mas apenas quatro, que também são, de acordo com o (IEF, 2023), os mais visitados são autoguiados, a saber: Cachoeira do Serrado, seguido pelo Complexo do Talhado, Poço do Jacaré e Escorregador (Figura 2). Os demais 24 atrativos catalogados dentro do parque estão vinculados a travessias que necessitam de guias autorizados pela gestão da UC para visitação.

Figura 2 - Mapa de localização e acesso dos atrativos turísticos do PESNT



Fonte: Elaboração dos autores (2022) - Imagens: Sobrinho (2022).

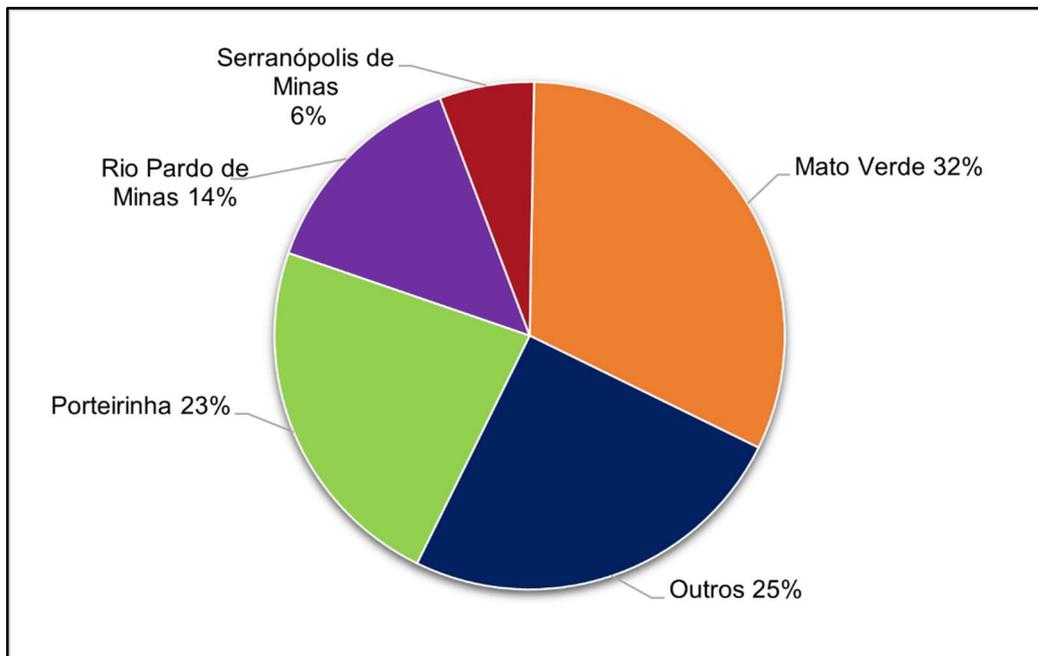
Amostragens fornecidas pelo IEF (2023) apontam que em 2015, o Parque recebeu 35.328 visitantes, em 2016 recebeu 32.962, acarretando um decréscimo de 6,7% no número de visitas, no ano de 2017 ocorreu um acréscimo de 66,5% passando receber 54.906 visitantes. No ano de 2018, ocorreu novamente um aumento de 2,4% referente ao ano anterior, recebendo um total de 56.205 visitantes. A partir de 2019, houve uma redução anual no número de visitantes, pois respectivamente foram registrados, 47.071, no ano de 2019; 43.493 no ano de 2020; 32.915 no ano de 2021 e 29.720, no ano de 2022. Infere-se que este declínio esteja associado à implantação de normas pela gestão do Parque através da vigência do Plano de manejo, e, pelo fechamento à visitação nos anos de 2020 e 2021 (restrições de visitação decorrentes da pandemia do COVID-19).

A aplicação dos questionários foi realizada com 56 participantes⁴, que quanto ao seu

⁴ Cabe ressaltar quanto a amostragem de questionários utilizados na pesquisa de análise de uso público dois fatos: (1) a coleta de dados relativo ao uso público do PESNT (questionários e entrevistas) foi realizada após a reabertura das áreas protegidas à visitação em 2021, portanto, após as ações de isolamento adotadas para controle da pandemia do COVID-19, mas mesmo com ampliação de visitação em outras UC em Minas Gerais e no Brasil, o parque estudado encontra-se distante de grandes centros urbanos e a visitação, portanto é predominantemente local (como comprovado com os dados), a população local, por sua vez também foi afetada com impactos socioeconômicos; (2) a população local baseia-se nas condições climáticas para

local de origem (Figura 3), apontaram predominância do município de Mato Verde, sendo seguidos de visitantes de outras localidades distantes da PESNT.

Figura 3 – Gráfico do município de origem dos visitantes do PESNT



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Acredita-se que que o principal motivo desse resultado, se dá ao fato de que, o acesso aos principais atrativos que foram utilizados para aplicação dos questionários são acessados principalmente pela BR-122 que corta o município de Mato Verde, o que facilita o acesso aos principais atrativos e corresponde também ao município que apresenta também maior número de infraestruturas como pousadas e sítios de lazer, enquanto Riacho dos Machados além de não possuir nenhum dos principais atrativos na sua porção territorial, está distante da rodovia, e dessa forma não possui tanta facilidade de acesso aos atrativos.

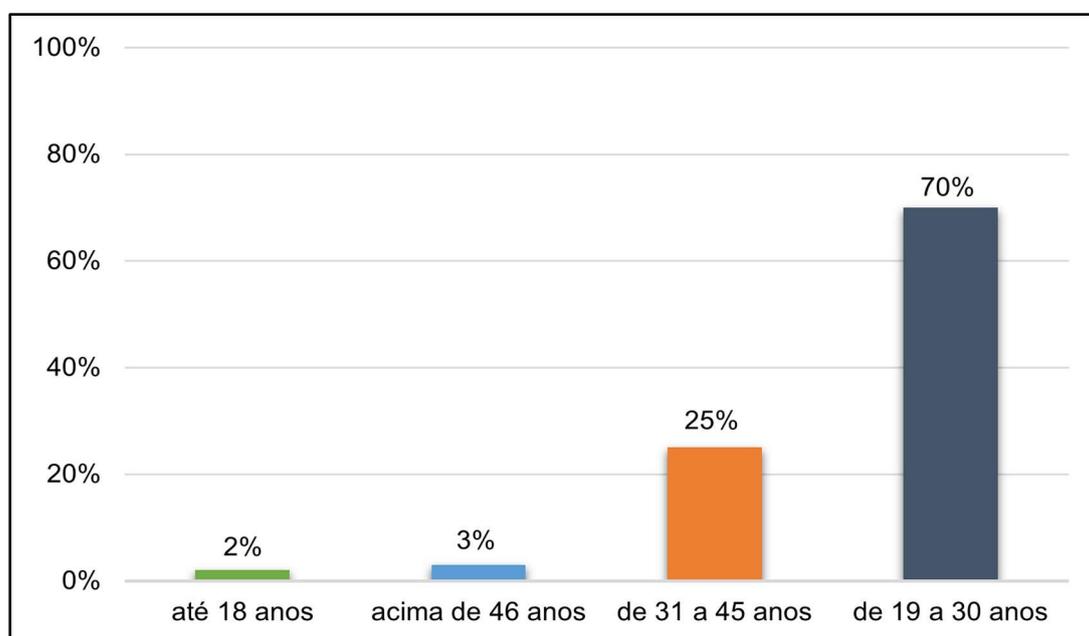
Na análise quanto ao gênero dos visitantes, destacou-se a presença do público feminino: 59%, contra 41% da amostragem do público masculino, o que contrasta os

realizar o deslocamento à UC e os períodos de coleta dos dados estavam previamente programados para período de maior visitação a área: férias escolares (janeiro e julho) e feriados prolongados, entretanto no ano de 2021 e 2022, tais períodos foram acompanhados de episódios climáticos extremos (alta precipitação - período de veranico curto no mês de janeiro, baixas temperaturas em julho e precipitações nos feriados), o que pode ter contribuído para a redução no número de visitantes e consequentemente de possíveis participantes na pesquisa.

apontamentos de Mendoza (2020) e Marin e Briceño (2020), quanto a predominância do público do gênero masculino em turismo praticado em áreas naturais, mas que corrobora com as constatações de Moutinho (2000), WTO (2014) e recentemente com as avaliações apresentadas por Santos et al. (2022).

Acerca da faixa etária dos participantes, os resultados obtidos (Figura 4) apontam claramente que a faixa etária (de 19 a 30 anos) foi a que obteve maior representatividade caracterizando, portanto, um perfil de visitantes jovens e adultos, o qual coincidiu com resultados obtidos por Dutra et al. (2008), e em Rocha et al. (2019).

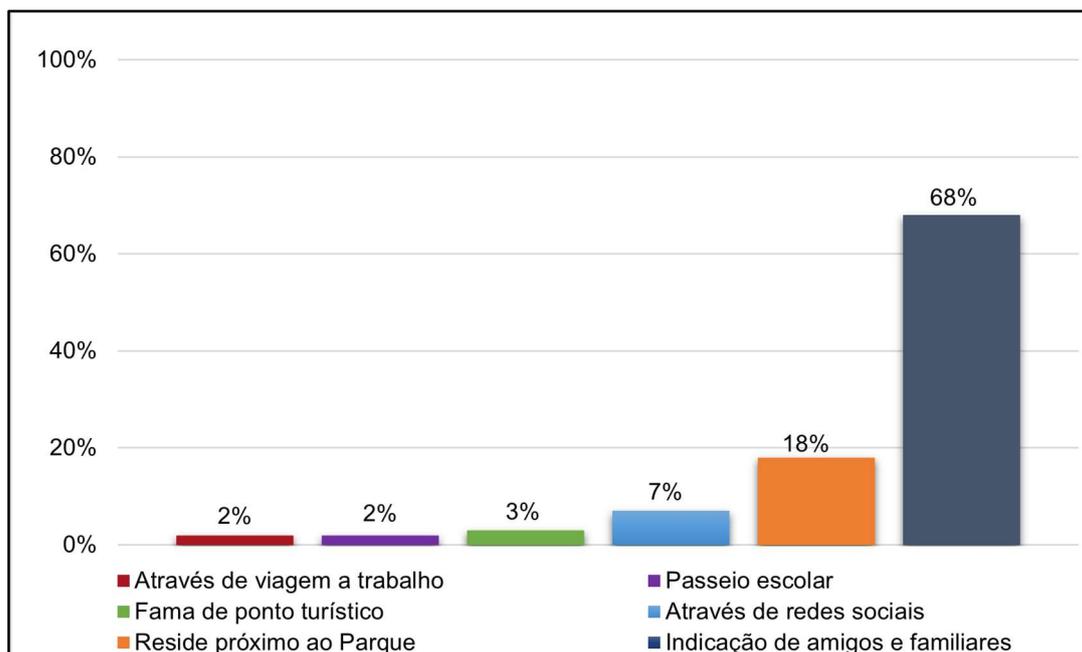
Figura 4 - Gráfico de Faixa etária dos visitantes do PESNT



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A figura 5 mostra que a indicação de amigos e familiares representa a principal fonte de conhecimento sobre a área, com mais da metade das respostas (68%), o que é comumente observado também em outras pesquisas, como em Ladeira et al. (2007) e Moura et al. (2008). Os citados autores apontam que a propaganda informal é um importante recurso de conhecimento em relação a uma localidade. Deve-se considerar que embora o papel das redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, não tenha apresentado grande destaque, a exemplo das divulgações que acontecem para outras áreas protegidas deve ser ampliado nos próximos anos.

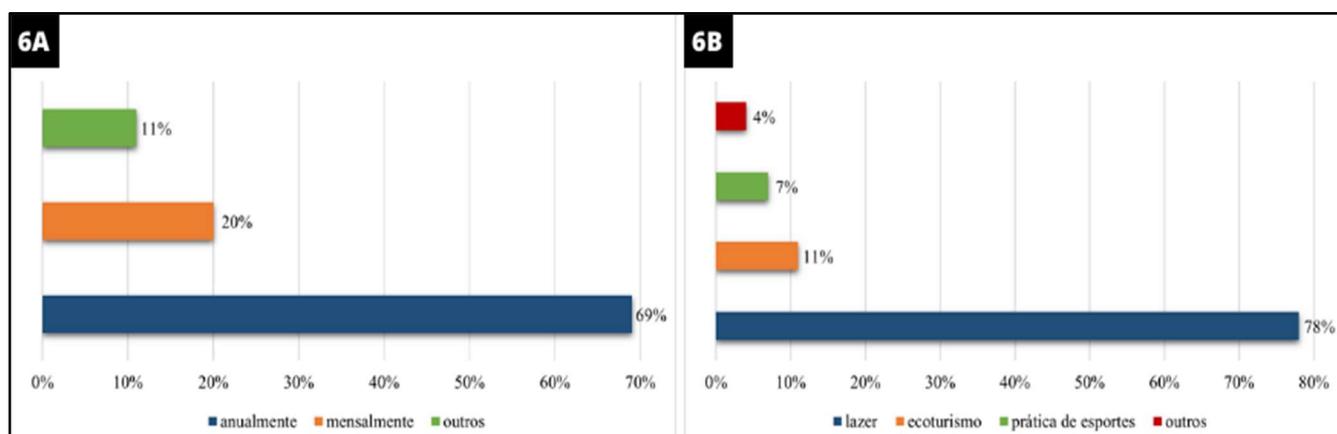
Figura 5 - Gráfico da fonte da informação para visitar o PESNT



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em avaliação sobre a periodicidade de frequência (Figura 6A) e motivações de visita (Figura 6B) ao PESNT, constatou-se respectivamente amostragem de 69% em visita anual e, 78% motivados pelo lazer. Tais dados podem estar relacionados à questão de acessibilidade e proximidade dos atrativos dos municípios, como também constatado em pesquisas realizadas em outras UC Cerqueira, Farias e Dos Santos (2019); Ladeira et al. (2007) e Trobia e Moreira (2015).

Figuras 6A e 6B – Gráficos de Periodicidade de visitação do PESNT



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Cabe destacar que alguns participantes do questionário marcaram mais de uma ou todas as respostas quanto a motivação de visita ao PESNT, o que é convergente com os resultados de Lindoso, Santos e De Paula (2019), que apontam que mesmo que o usuário vá a área apenas por um tipo de motivação, ele também usufrui de outras possibilidades, o que acaba reconhecendo outras atividades e intenções ao visitar um ambiente natural.

O uso para fins de lazer em ambiente natural preconizado na forma de ecoturismo, também é compreendido, como turismo sustentável, o que deve direcionar o uso público para complementar o objetivo de conservação ambiental e não promover o aumento descontrolado da visitação.

O PESNT, entretanto, ao ficar localizado nas áreas rurais dos municípios que o compõe, demanda, portanto, que o visitante possua seu próprio meio de locomoção ou encontre outros meios de chegar até o Parque, uma vez que a região não dispõe de transporte público destinado a visitas no local e não possui agências de turismo locais atuando na região.

A gestão da UC apontou durante a entrevista que, por meio de diálogo com os municípios vizinhos, o processo de capacitação da comunidade para atender as demandas turísticas está em curso, com forte participação no Senar, articulação do Conselho Consultivo e participação da Associação Amigos do Parque Estadual Serra Nova e Talhado.

Assim como em outras áreas protegidas (Parque Estadual do Jalapão, Tocantins (DUTRA et al., 2008); Parque Nacional de São Joaquim, Santa Catarina (ALVAREZ et al., 2019), os entrevistados no PESNT reconhecem que estão em visita a uma área protegida (84% da amostragem), o que torna-se um importante aspecto para a gestão da UC, pois o público tem direcionamento para uso adequado da área e para compreensão do seu valor como patrimônio natural, o que assegura que as atividades desenvolvidas nesses locais não causem impactos negativos significativos (DUTRA et al., 2008).

No cenário voltado para a percepção da paisagem natural, foi questionado aos visitantes como ele associava a palavra paisagem. E, entre as expressões mais citadas estavam: “beleza natural” e “natureza”. Considerando Marcomin e Sato (2016), a interpretação do termo “paisagem” foi, portanto, realizada a partir da percepção que os sujeitos possuem dela, em que os visitantes citaram os conceitos de paisagem

relacionando-a com o meio ambiente natural e a natureza. Vallejo (2013) aponta que os visitantes são consumidores por diferentes motivações dos atrativos e apresentam distintas percepções sobre a paisagem que são contempladas nas áreas protegidas.

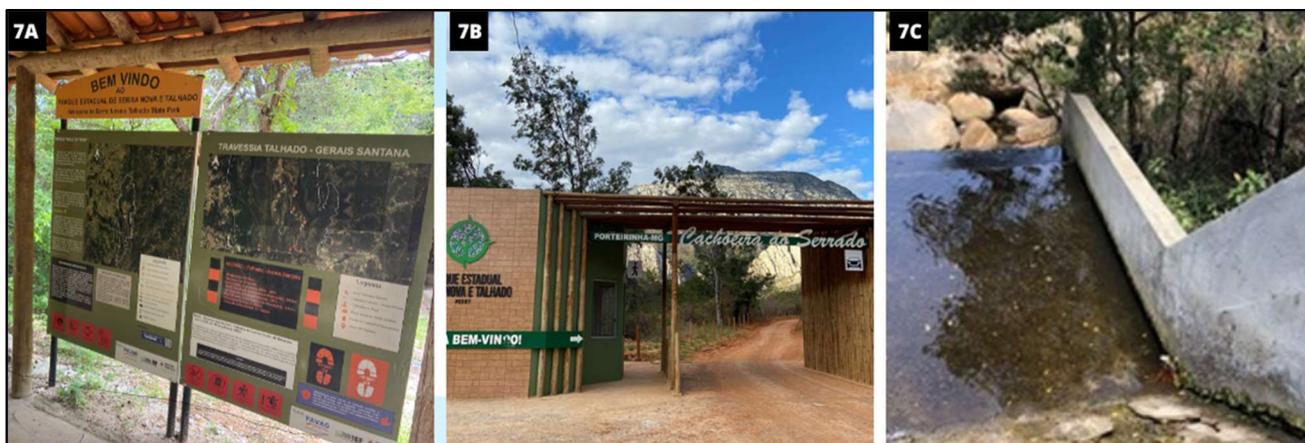
Ressalta-se que, conforme apontado por Franzen, Weich e Silva (2010, p. 4), que a leitura e percepção de determinada paisagem se caracterizam por um processo individual, e de forma subjetiva, “levando em consideração seus conceitos de beleza, feiura, cultura etc”. Demmer e Pereira (2011, p. 266), reforçam que “entender as relações entre o ser humano e a natureza por meio da percepção da paisagem é procurar compreender as atitudes do homem com o ambiente, que traduzem usos, hábitos, valores e expectativas”.

Vallejo (2013) indica que é sob o olhar da paisagem que o turista e/ou visitante tem o seu primeiro contato com o local visitado, e essa primeira percepção pode influenciar tais sujeitos a uma nova prática do turismo no ambiente visitado anteriormente.

Ao considerar que a visualização das paisagens poderia ser afetada pela sinalização turística nos atrativos e infraestruturas, os entrevistados responderam que elas não atrapalhavam (88% para sinalização e 86% para a infraestrutura construída), o que também corrobora com a pesquisa de Pinheiro (2006).

Embora a infraestrutura turística seja crucial para o desenvolvimento da atividade turística em qualquer destino turístico, como no PESNT (Figura 7), essas construções antrópicas podem obstruir a paisagem natural, acarretar na poluição visual (SANCHO-PIVOTO; ALVES; DIAS, 2020) e promover uma má experiência ao turista e/ou visitante que tem como um dos objetivos a contemplação da natureza.

Figuras 7A, 7B e 7C - Mosaico de fotos da infraestrutura do PESNT



Fonte: Sobrinho (2022).

Mas, considerando que o motivo de visitação ao PESNT, era para a prática do lazer, infere-se que os usuários do parque entrevistados, não associam a contemplação da paisagem natural como propósito primário e não vinculam que a infraestrutura possa comprometer a qualidade visual.

Dentre os impactos ambientais já reconhecidos para o parque (erosões, poluição sonora e visual/solo), os entrevistados, no entanto, reconhecem apenas a problemática dos resíduos sólidos (93% dos participantes) como comprometedor da paisagem natural do PESNT.

Destaca-se que em todos os atrativos onde foram aplicados os questionários pode-se encontrar lixos e resíduos lançados nas trilhas e entorno (Figura 8), mesmo com a existência de placas orientativas sobre tal temática, entretanto, constatou-se que é escassa a distribuição de lixeiras, como também reconhecido em outras áreas naturais (MOURA et al., 2008; CERQUEIRA; FARIAS; DOS SANTOS, 2019).

Figuras 8A, 8B, 8C e 8D - Mosaico de imagens que mostram a atual situação do lixo no PESNT



Fonte: Sobrinho (2022).

A maioria dos participantes (64%) considerou que o barulho dos carros, os aparelhos de sons, e a comunicação dos visitantes não os incomodam durante sua permanência no PESNT, isso aponta que a maioria das vezes é inerente ao ser humano associar o barulho produzido por ele, apenas como forma de “diversão”, e não se preocupam com a repercussão que esse excesso de barulho pode trazer para o ambiente visitado. Mas, 36% dos entrevistados responderam que esses sons e ruídos atrapalham sua estadia no Parque.

Assim como no PESNT, Malta e Costa (2009), apontam que o acesso excessivo de

veículos no Parque Nacional da Tijuca - RJ, promove poluição sonora e afetam a qualidade e experiência dos visitantes, a fauna e da flora do local, tornando-se necessário controlar o acesso demasiado de veículos principalmente nos finais de semana e feriados, quando o público predominante é maior.

O reconhecimento da problemática relativa à existência de processos erosivos nas trilhas de acesso aos atrativos foi baixo, pois apenas 30% dos entrevistados reconheceram que as trilhas não estão em bom estado físico. Mas, conforme apontado por Vashchenko e Biondi (2013), apesar do visitante enxergar as erosões nas trilhas, eles não sabem indicar quando elas realmente vão estar devidamente ruins, oferecendo dificuldades ao percorrê-las. Cabe destacar também que o imaginário de visita a áreas naturais remete e visita em ambiente de natureza “selvagem”.

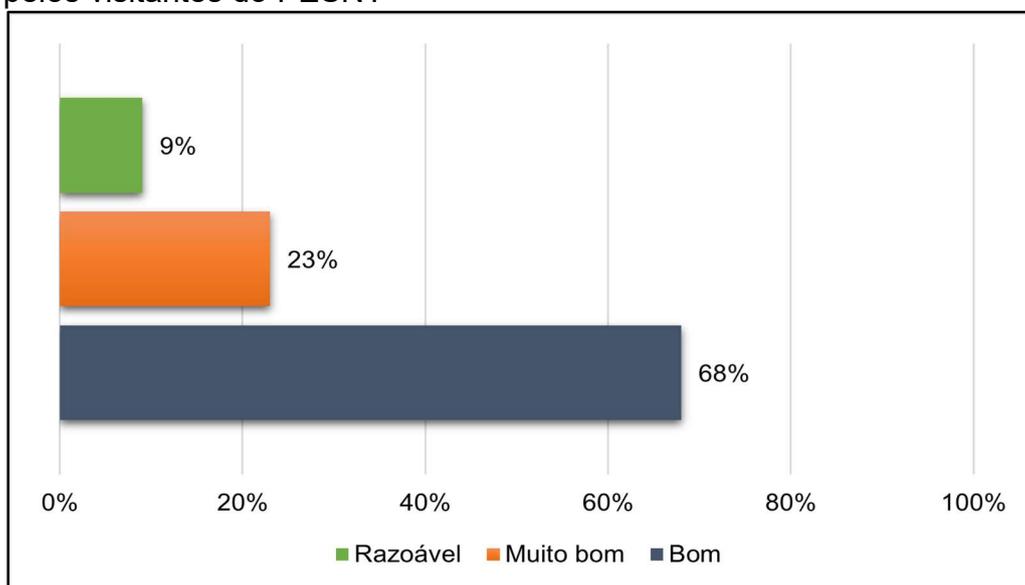
O Plano de Uso público, ainda não elaborado para o parque, pode auxiliar na contenção desses impactos. Segundo a gestão, a UC foi contemplada com recurso Internacional da Noruega no projeto COPAÍBAS⁵, para a elaboração do documento e há expectativas no controle dos impactos:

Então com o plano de uso público a gente vai poder organizar melhor, não que não seja organizado, mas de uma maneira formal, tecnicamente falando, onde a gente vai tentar combater esses impactos (ENTREVISTADO, 2022).

Quanto ao estado de conservação e preservação do patrimônio natural do PESNT (Figura 9), 64% dos entrevistados consideram a condição do parque como boa, o que equivalente ao constatado por Sarfati e Sano (2012) em pesquisa nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira e Intervales, localizados na região metropolitana de São Paulo. Mas distinto do encontrado por Sousa, Nunes e Santos (2015), em pesquisa no Parque Estadual da Serra dos Pirineus em Pirenópolis, em Goiás, que constaram em questão similar percentuais de regular (37%) a bom (43%), quanto a conservação.

⁵ O Programa COPAÍBAS – Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos biomas Amazônia e Cerrado foi firmado em 2020 e desenhado para ser desenvolvido ao longo de 6 anos. Tem como objetivo contribuir para a redução do desmatamento, por meio do apoio a estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado, resultando também em melhores condições de vida para populações tradicionais e povos indígenas. O COPAÍBAS é um programa de execução do FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, viabilizado por recursos da Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas – NICFI, por meio do Ministério das Relações Exteriores da Noruega (FUNBIO, 2021).

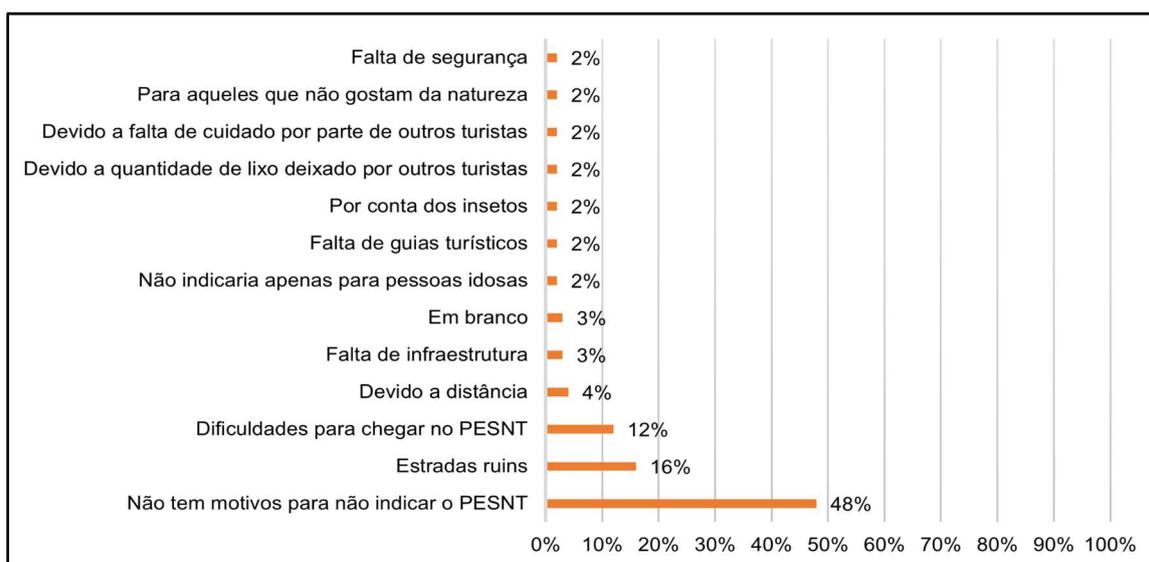
Figura 9 - Gráfico de percepção do estado de conservação e preservação pelos visitantes do PESNT



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Indagados a respeito do motivo pelo qual ele não indicaria o PESNT para outro indivíduo (Figura 10), a maior porção dos questionados (48%), responderam que não possuem motivos para não indicar o Parque para outras pessoas. Entretanto, menções que se interligam como “Dificuldades para chegar ao PESNT” (12%) e “Estradas ruins” (16%), foram apontadas.

Figura 10 - Gráfico de Análise da indicação do PESNT para outros visitantes.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Deve-se preocupar também com citações referente a impactos socioambientais e a inexistência de infraestrutura, problemas esses, que interferem diretamente na experiência do visitante quando frequenta o PESNT. Tomiazzi et al. (2006) apontam que a regularidade de visitação provavelmente pode ocorrer devido à disponibilidade de recursos financeiros, pois embora não seja cobrado ingresso para acesso ao PESNT, existem outros gastos com transporte, alimentação etc.

A gestão da UC também aponta que a infraestrutura relacionada às estradas como um ponto de demanda de melhoria:

Para aumentar os benefícios ainda falta melhorar a infraestrutura, os municípios contribuírem com a melhoria das estradas vicinais. Porque assim, a gente perde de receber turistas porque, por causa do grau de dificuldade, Rio Pardo não tem rodoviária, só consegue chegar no Parque particular, com carro particular. Porteirinha ainda tem rodoviária, mas a cidade é um pouco distante do atrativo e a estrada vicinal não está boa. Então ainda nós ainda temos esses empecilhos que é da gestão pública mesmo (ENTREVISTADO, 2022).

E reconhece que “o parque não tem recursos financeiros para arcar com a infraestrutura” (ENTREVISTADO, 2022), que associado ao alto potencial de exploração turística, o PESNT já está incluído como área para futura concessão⁶ de uso público” (ENTREVISTADO, 2022) à exploração pela iniciativa privada, semelhante a processos que já ocorrem no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), no Parque Estadual da Serra da Tiririca (RJ) (MARTINS, 2013), no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) (REIS e QUEIROZ, 2017), Parque Estadual do Jalapão (TO) (COSTA, 2021), entre outras UC.

5. CONCLUSÕES

O desenvolvimento do turismo em áreas naturais, tem colocado principalmente as UC, diante de ações e interferências antrópicas. No entanto, o uso público desses ambientes deve ser apenas complementar ao objetivo de conservação ambiental, não colocando em xeque a conservação dos recursos naturais em nome do aumento descontrolado da visitação.

⁶ As concessões são um instrumento pelo qual o ICMBio repassa a uma empresa ou organização da sociedade civil a exploração de serviços e atividades de visitação em UC, como cobrança de ingressos, transporte de visitantes, restaurantes e lojas de conveniências. Com isso, além de obter retorno financeiro, o Instituto promove, em parceria com os concessionários, melhorias na estrutura de uso público das unidades (MMA, 2017).

O PESNT possui um grande potencial turístico principalmente em atividades voltadas para o lazer e práticas do ecoturismo, como constatado pelos resultados dos questionários. Assim como em outras áreas protegidas que recebem o turismo como atividade de uso público, interferências como, os impactos socioambientais negativos, são um dos motivos que intervêm no bem-estar do visitante, na sua percepção e interpretação errônea da paisagem natural. Apesar de que, a leitura e percepção de qualquer paisagem se caracteriza por um processo individual já que, o que pode ‘desagradar’ um visitante, pode-se muito bem convir a outro. E através da metodologia utilizada e dos dados coletados, pode-se confirmar essa hipótese.

Observou-se que uma grande parcela das pessoas que frequentam o PESNT, seja uma vez no ano ou por diversas vezes anualmente, tendem a ignorar que os impactos na paisagem natural não afetam seu deslocamento para a UC. Um dos fatores principais seriam a motivação que cada um tem quando busca o PESNT, ou em outras áreas naturais. Conforme apontado no questionário as atividades relacionadas ao lazer foram responsáveis pela grande demanda dos turistas e visitantes que o frequentam, sendo esse um dos motivos pelo aumento de impactos socioambientais relacionados ao uso público em uma área protegida.

E já que a principal motivação para visitação no PESNT são as atividades voltadas para o lazer, a maioria dos entrevistados acabam não associando a contemplação da paisagem natural como objetivo primário, por exemplo não associa infraestrutura construída como algo que possa comprometer a qualidade visual. Assim também como o excesso de barulho no Parque, para a maioria dos usuários, este não é uma razão que compromete seu bem-estar durante a visitação, visto que eles próprios produzem esses sons, e os associam apenas como forma de diversão.

Outra constatação foi nos processos de erosão das trilhas de acesso aos atrativos visitados, onde poucos visitantes souberam identificar o seu real estado físico. Diferente dos resíduos sólidos encontrados em todos os atrativos visitados, e que segundo os usuários é um dos fatores que compromete a paisagem natural do PESNT.

Foi a partir dos poucos percentuais negativos sobre a percepção acerca da paisagem natural do Parque, que os usuários consideraram bom o estado de conservação e preservação do patrim nio natural do PESNT, e por isso não tenha muitos motivos para

não indicação para outro potencial visitante.

Por fim, como apontado pela gestão do Parque, é de extrema importância a implantação do Plano de Uso Público no PESNT, para contribuir com o desenvolvimento do turismo, e reduzir os impactos socioambientais negativos advindos desta atividade. E um bom planejamento se dá com a participação dos diversos atores envolvidos na atividade turística do Parque (gestores, comunidade local, poder público e privado), entre outros.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. M. H.; MOREIRA, J. C.; BURNS, R. C.; ALBACH, V. M. O perfil do visitante do Parque Nacional de São Joaquim (SC): breves considerações. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 6, n. 3, p. 82-94, 2019. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1339>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ARRUDA, B. S.; NASCIMENTO, A. P.; CORDEIRO, J.; THEREZO, P. E. A.; ALVARENGA, C. A.; CORDEIRO, J. L. Caracterização dos impactos desencadeados pelo ecoturismo na Cachoeira da Santa, Catas Altas (MG). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 3, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/845>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-23092003-140646/pt-br.php>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Diretrizes para política nacional do ecoturismo**, 1994. Disponível em: http://www.ecobrasil.org.br/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220100952.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Definidas normas para concessões em UCs**. Brasília: ICMBio, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/definidos-procedimentos-para-concessoes-em-ucs>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de conservação federais atingem novo recorde de visitação em 2021**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/unidades-de-conservacao-federais-atingem-novo-recorde-de-visitacao-em-2021>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: http://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf.

Acesso em: 06 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.

Acesso em: 21 de jul. 2019.

CERQUEIRA, K. R. C.; FARIAS, M. A.; DOS SANTOS, L. A. Impactos ambientais causados com a prática do turismo no Parque Ecológico Cachoeira do Urubu, Piauí, Brasil. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 69, p. 130–143, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41067>. Acesso em: 14 out. 2022.

CHAVES, C. F. **O uso público de unidades de conservação no Estado do Rio Grande do Norte pela atividade turística: uma análise do plano de manejo do Parque Estadual Mata da Pipa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Canguaretama, 2018. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2008>. Acesso em: 7 ago. 2023.

CHAVES, M. L. S.; BENITEZ, L.; ANDRADE, K. W.; SARTORI, M. A. Canyon do Talhado, região de Porteirinha, norte de Minas Gerais - Notável feição geomorfológica de travessia completa da Serra do Espinhaço. In: Winge, M.; Schobbenhaus, C.; Berbert-Born, M.; Queiroz, E.T.; Campos, D.A.; Souza, C.R.G.; Fernandes, A.C.S. (Edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, 2006. Disponível em: <https://sigep.eco.br/sitio128/sitio128.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CORRAZZA, A. N. **Percepção da paisagem e do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - Paraná – Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/4625>. Acesso em: 16 maio 2022.

COSTA, C. C. **Concessão de serviços turísticos e ambientais em unidades de conservação e potencial impacto no entorno: caso do Parque Estadual do Jalapão**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Meio Ambiente) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21903>. Acesso em: 4 ago. 2023.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DEGRANDI, S. M. **Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS**: uma alternativa para o (des)envolvimento local. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9341>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DEMMER, B. C.; PEREIRA, Y. C. Educação ambiental e estudo da paisagem: a percepção para a responsabilidade socioambiental. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 255-272, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: 26 jan. 2022.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

DUTRA, V. C.; SENNA, M. L. G.; FERREIRA, M. N.; ADORNO, L. F. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p. 104 - 117, 2008. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/271/190>. Acesso em: 23 dez. 2022.

EAGLES, P. F. J. Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management. **Journal of Turismo Sustentável**, v. 10, n. 2, p. 132-153, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669580208667158>. Acesso em: 10 maio 2022.

FARIA, K. M. S.; CHEREM, L. F. S.; NUNES, E. D.; ROSA, L. E.; SANTOS, S. A.; COSTA, J. V. S.; OLIVEIRA, T. B. **Avaliação de qualidade ambiental do meio físico no entorno das cachoeiras da Capivara, Santa Bárbara e Candaru e impactos sociais do turismo na comunidade do Engenho II**. Goiânia, p. 1-90, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/365/o/RELAT%C3%93RIO_FINAL.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

FERREIRA, L. Impactos do turismo em destinos turísticos. **Percursos & Ideias**, n. 1, 2009. Disponível em: http://percursoseideias.iscet.pt/wp-content/uploads/2022/03/PI_2009_N01_0011.pdf. Acesso em: 06 set. 2022.

FRANZEN, L. I.; WEICH, C.; SILVA, A. P. A relação entre o turista e a paisagem no espaço turístico natural. *In: I seminário de pesquisa em turismo do Mercosul*, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, p. 8-10, 2010. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/a_relacao_entre.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. **Copaibas**, 2021. Disponível em: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/copaibas/. Acesso em: 08 fev. 2023.

GARLIPP, A. A. B. P. D. **Políticas públicas e transformações socioespaciais no norte de Minas Gerais**: um estudo do Território da Cidadania Serra Geral. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18884>. Acesso em: 6 jul. 2022.

GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. **Megadiversidade**, v. 4, n. 1-2, p. 7-15, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos. Censo agropec., Rio de Janeiro, v. 9, p.1-172, 2022. Disponível em:

https://www.google.com/url?q=https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3101/a_gro_2017_caracteristicas_gerais.pdf&sa=D&source=docs&ust=1692228771744514&usg=AOvVaw0hl6gddKyEWAXv2Rf5Lf-T. Acesso em: 10 fev. 2023.

IEF - Instituto Estadual de Florestas. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra Nova e Talhado (MG)**. Belo Horizonte, MG, 2020.

IEF - Instituto Estadual de Florestas. **Parque Estadual de Serra Nova e Talhado**, 2023. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/213-parque-estadual-de-serra-nova>. Acesso em: 15 ago. 2023.

IUCN WCPA. PARKS. **The International Journal of Protected Areas and Conservation**, v. 22, n. 2, 2016. Gland, Switzerland: IUCN. Disponível em: <https://parksjournal.com/wp-content/uploads/2014/04/PARKS%2022.2%2010.2305IUCN.CH.2016.PARKS-22-2.en.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LADEIRA, A. S. RIBEIRO, G. D.; DIAS, H. C. T.; SCHAEFER, C. E. G. R.; FERNANDES FILHO, E.; OLIVEIRA FILHO, A. T. O perfil dos visitantes do parque estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte, MG. **Revista Árvore**, v. 31, n. 6, p. 1091-1098, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-67622007000600014>. Acesso em: 23 dez. 2022.

LÉDA, R. L. M. Ecoturismo e consumo da paisagem na Chapada Diamantina - Bahia – Brasil. **Observatório Geográfico de América Latina**, p. 1 – 11, 1997. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/577.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

LEITE, S. P.; GAZELLA, A. A.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**: estudos de casos. Brasília: IICA, 2013.

LEUZINGER, M. D. Uso Público em Unidades de Conservação. *In*: **Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO**, 2010. Disponível em:

http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

LINDOSO, T. A.; SANTOS, L. M.; DE PAULA, D. P. A importância da determinação do perfil dos visitantes do Parque Estadual do Cocó (Fortaleza, CE) para o seu manejo sustentável. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 21, n. 2, p. 755-770, 2019. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/557>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LOBO, E. A. S. Aspectos gerais do programa de Uso Público do Parque Estadual de Campos do Jordão-SP. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/47228. Acesso em: 10 fev. 2023.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001035048>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MALTA, R. R.; COSTA, N. M. C. da. Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação: a visitação no Parque Nacional da Tijuca - RJ. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5860>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MARCOMIN, F. E.; SATO, M. Percepção, paisagem e educação ambiental: uma investigação na região litorânea de Laguna-SC, Brasil. **Educação em Revista**, v. 32, n. 2, p. 159-186, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698125694>. Acesso em 06 jan. 2022.

MARIN, L. J. A.; BRICEÑO, J. A. B. Ecoturismo, mulheres e desenvolvimento: reflexões sobre a participação das mulheres na prática do turismo em áreas protegidas na Colômbia. **Perspectiva Geográfica**, v. 25, n.1, p.143-163, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/01233769.10772>. Acesso em: 04 out. 2022.

MARQUES, F.; ROCHA, M. B. Impactos do uso público em unidades de conservação: produção científica no Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 3, p 1-26, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330919277_Impactos_do_uso_publico_em_unidades_de_conservacao_producao_cientifica_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARTINS, F. C. D. **Alternativas para a gestão do uso público no parque estadual da Serra da Tiririca**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Turismo e Hotelaria, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/1566>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MENDOZA, M. Alpine Masculinity: A Gendered Figuration of Capital in the Patagonian Andes. **Bulletin of Latin American Research**, v. 39, n. 2, p. 208-222, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/blar.12839>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MERCADANTE, M. **Breve histórico da origem e tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**, s.d. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4640347/mod_resource/content/1/historico%2520da%2520origem%2520e%2520tramitacao%2520do%2520SNUC.pdf&sa=D&source=docs&ust=1675838507632796&usg=AOvVaw07Z9oi53u1kdBw5Lc6yyEq. Acesso em: 08 fev. 2023.

MOURA, C.; ROSA, C. M.; SANTANA, A.; MOURA, C. A. C. Caracterização do perfil do visitante da Praia de Itaquitanduva, Parque Estadual Xixová-Japuí, Baixada Santista, SP. **IF Série Registros**, n. 33, p. 1-11, 2008. Disponível em: http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/SerieRegistros/IFSR33/IFSR33_1-11.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

MOUTINHO, L. Segmentation, targeting, positioning and strategic marketing. In: MOUTINHO, L. **Strategic management in tourism**, p. 121-166. New York: CABI Publishing, 2000. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://www.academia.edu/download/30285488/strategic_management_in_tourism\(geoplaning.persianblog\).pdf%23page%3D132&hl=pt-BR&sa=X&ei=HdamY6H_EueR6rQP9oeuqAc&scisig=AAGBfm3TdctygPHMv6L_QSgOIha b1vr0Rg&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://www.academia.edu/download/30285488/strategic_management_in_tourism(geoplaning.persianblog).pdf%23page%3D132&hl=pt-BR&sa=X&ei=HdamY6H_EueR6rQP9oeuqAc&scisig=AAGBfm3TdctygPHMv6L_QSgOIha b1vr0Rg&oi=scholar). Acesso em: 24 dez. 2022.

OLIVEIRA, A. C. L.; MATHEUS, F. S.; SANTOS, R. P.; BRESSAN, T. V. **Ecoturismo: cadernos de educação ambiental**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, São Paulo: SMA, 2010.

OLIVEIRA, C. N. **A educação ambiental e o ensino de geociências em unidades de conservação**: o papel interlocutor da escola no município de Peruíbe (SP). 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1622316>. Acesso em: 26 ago. 2022.

OTMG - Observatório do Turismo de Minas Gerais. **Economia do turismo – Painel RAIS**, 2020. Disponível em: <https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?p=5318>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PEDROSO, E. C. E.; NERY JUNIOR, H. Como reduzir os impactos ambientais através do ecoturismo Lagoa Azul sustentável. In: **XIV Safety, Health and Environment World Congress**, p. 259-263, 2014. Disponível em: <https://copec.eu/congresses/shewc2014/proc/works/55.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PIMENTEL, M. R. A Experiência Turística e a Imaginabilidade da Paisagem Urbana. **Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 3, p. 421-438, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547094005>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PINHEIRO, E. S. Percepção ambiental e atividade turística no Parque Estadual do Guartelá - Tibagi - PR. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 12, p. 121-134, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3434>. Acesso em: 21 jan. 2022.

REIS, A. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. Concessões nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6572>. Acesso em: 4 ago. 2023.

ROCHA, M. B.; ROCHA, T.; MICELI, B.; COSTA, P. M. M. Análise do Perfil dos Visitantes em uma Unidade de Conservação: o caso do Parque Nacional da Tijuca. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 2, p. 1 - 18, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662193050/html/>. Acesso em: 23 dez. 2021.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso do público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/33534000>. Acesso em: 20 fev. 2023.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a Proteção do Meio Ambiente**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SANCHO-PIVOTO, A.; ALVES, A. F.; DIAS, V. N. Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 2, p. 46-63, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1751>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANTOS, I. S.; BORGES, A. A.; SCRIVANO, P.; FREIRE, O. B. L. O que sabemos sobre a relação das mulheres com o turismo de aventura e ecoturismo? **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 11, n. 1, p. 175-209, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/podium.v11i1.19545>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SARFATI, G.; SANO, N. Estudo Comparado da Gestão das Visitações nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira (PETAR) e Intervalos (PEI). **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 1, p. 207-237, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/52418>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SCHITTINI, G. M. **Políticas públicas, conservação e movimentos sociais em uma área de expansão de fronteira**: a criação de unidades de conservação no âmbito do Plano BR 163 sustentável. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4197>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, P. H. R. **Uso público em Unidades de Conservação**: o papel da iniciativa privada para o atingimento dos objetivos do SNUC. 2021. Dissertação (Mestrado profissional MPGC) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/31722#:~:text=Paralelamente%2C%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20unidades,se%20a%20concess%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUSA, R. G.; NUNES, V. H. A.; SANTOS, M. L. O Ecoturismo, o Meio Ambiente e o Parque Estadual da Serra dos Pirineus na percepção dos visitantes e moradores de Pirenópolis (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6436>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015**. Brasília: ICMBio, 2017.

TAKAHASHI, L. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná**. 1998. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TOMIAZZI, A. B.; VILLARINHO, F. M.; MACEDO, R. L. G.; VENTURIN, N. Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Mendanha, município do Rio de Janeiro-RJ. **Cerne, Lavras**, v. 12, n. 4, p. 406-411, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/18078?show=full>. Acesso em: 24 dez. 2022.

TROBIA, G.; MOREIRA, J. Análise da percepção do visitante do Parque Nacional dos Campos Gerais-PR. **Revista UNIFAMMA**. v. 13, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271700978_ANALISE_DA_PERCEPCAO_DO_VISITANTE_DO_PARQUE_NACIONAL_DOS_CAMPOS_GERAIS-PR. Acesso em: 21 jan. 2022.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674. Acesso em: 21 dez. 2022.

VASHCHENKO, Y.; BIONDI, D. Percepção da erosão pelos visitantes nas trilhas do Parque Estadual do Pico Marumbi, PR. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias**, v. 8, n. 1, p. 108-118, 2013. Disponível em: <http://www.agraria.pro.br/ojs32/index.php/RBCA/article/view/v8i1a1936>. Acesso em: 21 jan. 2022.

VIOLI, J. Estudo de Impacto Ambiental e Capacidade de Carga na Trilha do Paraíso, Situada na Serra do Japi, Jundiá - SP - Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 16, n. 2, p. 223-243, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63738>. Acesso em: 15 set. 2022.

WEISS, C. E. O potencial turístico de unidades de conservação no Brasil. **DW Made for minds**, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-potencial-turístico-de-unidades-de-conservação-no-brasil/a-50391252>. Acesso: 16 mar. 2022.

WTO - World Tourism Organization. **Global Report on Adventure Tourism**. 9. ed. W. T. O. (UNWTO), 2014.